

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(27 de abril de 2010)**

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dez, às dezenove horas e quinze minutos, no Auditorium Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a constatação do quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, para a primeira reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, do ano de 2010, tendo como pontos de pauta: **1- Apresentação e Aprovação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao mês de março de 2010. 2 - Apresentação e Aprovação do Relatório Anual de Gestão da Autarquia Municipal de Saúde, referente ao exercício de 2009. 3 - Aprovação de despesas com transporte para os delegados dos segmentos de usuários e trabalhadores, eleitos para a IV Conferência Estadual de Saúde Mental- Intersetorial. 4- Apresentação da Implementação da Assistência em Saúde Bucal, na Rede de Atenção Especializada-SUS.** Edson Antônio de Souza dá início reunião solicitando aos conselheiros a aprovação da pauta, inicialmente lendo justificativa da Secretaria do Conselho pela inclusão de mais dois itens de pauta, a saber os itens 3 e 4 acima descritos, tendo em vista o primeiro de ser do interesse dos próprios usuários e o segundo também bastante relevante para os usuários dos sistema SUS. Joel Tadeu Correa, representando Comissão Executiva diz que não aceita esta justificativa, por que o correto seria solicitar inclusão de pauta no início da reunião para aprovação ou não dos conselheiros. Sendo assim, e tendo em vista a necessidade de se aprovar a despesa com transporte dos delegados representantes de usuários e trabalhadores para a IV Conferência Estadual de Saúde Mental que se realizará em 18 e 19 de maio de 2010, Edson Antônio coloca em votação a aprovação do 3º ponto de pauta, tendo sido aprovado pelos conselheiros. Ficou acordado p que o 4º ponto de pauta será realizado na próxima reunião ordinária. A seguir passa para o cumprimento do primeiro item de pauta, **Apresentação e Aprovação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao mês de março de 2010.** Edson Antônio de Souza, Diretor Superintendente da Autarquia Municipal de Saúde apresenta a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao mês de março de 2010 iniciando pelas contas da Atenção Básica. **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ 11.323.261/0001-69. PRESTAÇÃO DE CONTAS MARÇO/2010.** ATENÇÃO BÁSICA – Fonte 495. RECEITAS – No Mês Março/2010. RECEITAS – R\$ 2.575.147,91. No Período Jan. a Mar/2010 – R\$ 5.171.876,21. DESPESAS EMPENHADAS – No Mês de Março/2010 – R\$ 2.803.771,35. No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 5.611.586,32. TRANSFERÊNCIA AUTARQUIA – No Mês Março/2010 – R\$ 1.692.009,83. SALDO DISPONÍVEL – R\$ 6.251.393,50. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – FONTE 496. No Mês Março/2010. RECEITAS R\$ 11.610.730,61. No Período Jan a Mar/2010. R\$ 34.510.383,40. DESPESAS EMPENHADAS – No Mês de Março/2010. R\$ 10.401.647,13. No Período Jan a Mar/2010 R\$ 32.048.654,91. TRANSFERÊNCIA AUTARQUIA – No mês de Março/2010 R\$ 1.435.614,93. SALDO DISPONÍVEL R\$ 14.723.200,26. VIGILÂNCIA EM SAÚDE – FONTE 497. RECEITAS- No Mês Março/2010. R\$ 206.590,41. No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 632.254,46. DESPESAS EMPENHADAS – No Mês Março/2010 – R\$ 137.634,74. No Período Jan a Mar/2010 –R\$ 334.409,70. TRANSFERÊNCIA AUTARQUIA – No Mês Março/2010. R\$ 468.982,06. SALDO DISPONÍVEL – No Mês Março/2010 – R\$ 1.406.236,55 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – FONTE 498. RECEITAS – No Mês Março/2010 – R\$ 439.656,97. No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 617.471,25. DESPESAS EMPENHADAS – No Mês Março/2010 – R\$ R\$ 565.625,40. No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 644.794,40. TRANSFERÊNCIA AUTARQUIA – No Mês Março/2010 – R\$ 952.555,66. SALDO DISPONÍVEL – No Mês Março/2010 – R\$ 2.431.739,96. GESTÃO SUS – FONTE 499. RECEITAS – No Mês Março/2010 – R\$ 962,12. No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 1.782,21. DESPESAS EMPENHADAS – No Mês Março/2010 – R\$ 237,60. No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 237,60. TRANSFERÊNCIA AUTARQUIA – No Mês Março/2010 – R\$ 278.972,97. SALDO DISPONÍVEL – No Mês Março/2010 – R\$ 566.967,39. INTERFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO – FONTE 001,303 e 510. ENTRADAS FONTE 001

56 – No Mês Março/2010 – R\$ 0,00. No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 326.537,60. FONTE  
57 303- No Mês Março/2010 – R\$ 7.910.441,37. No Período Jan a Mar/2010 – R\$  
58 23.367.352,70. FONTE 510 – No Mês Março/2010 – R\$ 0,00. No Período Jan a Mar/2010 –  
59 R\$ 0,00. DESPESAS EMPENHADAS: Fonte 001 – No Mês Março/2010 – R\$ 77.489,16.  
60 No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 267.277,65. Fonte 303 – No Mês Março/2010 – R\$  
61 8.856.246,96. No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 23.959.350,81. Fonte 510 – No Mês  
62 Mar/2010 – R\$ 0,00. No Período Jan a Mar/2010 – R\$ 51.000,00. TRANSF; DA  
63 AUTARQUIA – Fonte 00- No Mês Março/2010 – R\$ 184.932,35. Fonte 303 – No Mês  
64 Março/2010 – R\$ 855.772,06. Fonte 510 – No Mês Março – R\$ 112.795,07. SALDOS EM  
65 31/03/2010 – Fonte 001 – No Mês Março/2010 – R\$ 279.393,27. Fonte 303 – No Mês  
66 Março/2010 – R\$ 4.284.374,64. Fonte 510 – No Mês Março/2010 – R\$ 715.602,73.  
67 RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR ORIGEM – MARÇO/ 2010.  
68 UNIÃO (MS) – R\$ 15.125.471,13. Percentual: 65,60%. ESTADO – R\$ 249.000,00.  
69 Percentual 0,43%. MUNICÍPIO – R\$ 7.910.441,37. Percentual: 33,97%. TOTAL: R\$  
70 23.284.912,50. Percentual: 100,00%. RELAÇÃO DE DESPESAS PAGAS COM  
71 RECURSOS DA PREFEITURA REPASSADAS NO MÊS DE MARÇO/10 AO FUNDO  
72 MUNICIPAL DE SAÚDE. FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS – R\$ 7.610.136,94.  
73 ENDEMIAS – R\$ 204.890,00. SAÚDE DA FAMÍLIA – R\$ 390.600,00. SAMU – R\$  
74 274.750,00. OBRAS (UBS.Eldorado, Jamille Dequech e Vila Brasil) – R\$ 7.856,93.  
75 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA – CISMENPAR ( 4 PARCELAS) - R\$  
76 136.720,36.INCENTIVOS – R\$ 928.340,80. TARIFAS DIVERSAS – R\$ 3.644,55.  
77 TOTAL – R\$ 9.556.939,58. SALDO FINANCEIRO POR FONTE DE RECURSOS DE  
78 2007 – Fonte 310 – Prog.Saúde Família PROESF – SALDO: R\$ 1.491,05. FONTE 313 –  
79 Prog.Nac.Vig.Epid.Cont.Dças. – SALDO: R\$ 606,95. FONTE 315 – Prog.Nac.HIV/AIDS -  
80 SALDO – R\$ 124.039,95. FONTE 323 – Cv.828/03 – MS – UBS M<sup>a</sup> Cecília – SALDO: R\$  
81 1.523,17. FONTE 324 – Cv.3794/04 – Unid. Básica de Saúde – SALDO: R\$ 22.587,00.  
82 FONTE 330 – Cv.1818/04 – Ampliação M<sup>a</sup> Cecília – SALDO: R\$ 2.912,49. FONTE – 334  
83 – Cv.2076/03 – UBS Pat. Regina – SALDO R\$ 287.486,45. FONTE 340 – Cto.Referência à  
84 Saúde Trabalhador – SALDO: R\$ 354.523,37. FONTE 341 - MAC Vigilância Sanitária –  
85 SALDO: R\$ 1.824,22. FONTE 342 – Cto.Especialidades Odont. – CEO – SALDO: R\$  
86 14.023,00. FONTE 343 – Vigilância Sanitária – PAB – SALDO: R\$ 102,07. FONTE 346 –  
87 Cv. 1205/05 – Atenção à Mulher - SALDO: R\$ 162,86. FONTE 347 – Cv.4888/05 –  
88 SALDO: R\$ 567.964,93. FONTE 348 – Gestão de Vigilância em Saúde VIGISUS –  
89 SALDO: R\$ 120.578,29. FONTE 349 – Pró Saúde MS Londrina – SALDO: R\$  
90 233.738,69.TOTAL - SALDO: 1.733.564,49. A seguir abre a palavra para os comentários  
91 da plenária.**Joel Tadeu** declara ter havido muitas dúvidas, e que essas dúvidas se referiam a  
92 lançamentos relativos a contratos com a Santa Casa e com o Hospital Evangélico, que  
93 podem ser vistos na página 12 da Prestação de Contas. Afirma que se trata de um estorno no  
94 valor de R\$ 149.050,00 (cento e quarenta e nove mil e cinquenta reais). Afirma que quando  
95 solicitou essa revisão a mesma foi prontamente realizada pelo servidor Elias Floriano.  
96 Afirma que a outra dúvida se referia à Fonte 510 que, no plano de contas, é apresentado  
97 como “Poder de Polícia”. A partir do exposto afirma que gostaria de que, a partir da próxima  
98 reunião, fosse exibida toda a movimentação, tanto de crédito quanto de débito, da conta 510,  
99 durante a gestão Barbosa Neto. A respeito da ratificação anteriormente referida, afirma que  
100 o segmento de usuários irá aprovar a prestação de contas, sem ressalvas. Afirma que é  
101 patente a força de vontade do atual secretário em apresentar a prestação de contas da forma  
102 mais clara possível. Afirma já ter solicitado junto à Diretoria Financeira um detalhamento  
103 dos 34,97% que se trata do valor que o município aplica. Afirma que a razão que o leva a  
104 pedir esse detalhamento passa longe de ser por causa do levantamento feito pela Vereadora  
105 Sandra Graça e sim, por razões de iniciativa própria. Afirma também que quando se  
106 pronuncia não o faz apenas por si mesmo, mas também pelas conselheiras Gioconda  
107 Ferreira, Adriana Xavier, entre outros, ou seja, pelo segmento de usuários. **Maria**  
108 **Osvaldina** afirma que pela primeira vez o secretário e presidente do conselho explicou de  
109 forma clara a prestação de contas. Afirma que o secretário fizesse a gentileza de, na próxima

110 reunião, como falou o Conselheiro Joel Tadeu, mandasse na pasta dos conselheiros, para que  
111 os mesmos pudessem ver detalhadamente. Afirma que a forma de exposição escolhida pelo  
112 secretário foi muito esclarecedora. Afirma que dessa forma os conselheiros podem ver como  
113 os investimentos da saúde estão sendo feitos. **Artemízia B. Martins** agradece a  
114 apresentação prestada pelo secretário. Afirma que a mesma tem logrado êxito em esclarecer,  
115 o que tem permitido aos conselheiros aprender com o secretário e isso por que, apesar de  
116 muitas pessoas entenderem alguns princípios da contabilidade, como a contabilidade pública  
117 é uma área bastante específica, poucos a conhecem. Afirma já ter aprovado a prestação de  
118 contas no dia de ontem e que possui uma ressalva em relação a ela, ressalva essa já  
119 informada ao servidor Elias. Afirma também ter ficado com uma dúvida na prestação  
120 apresentada pelo secretário. Afirma que quando o secretário se referiu a todas as  
121 transferências da autarquia para o fundo esses valores não foram apresentados na prestação  
122 de contas. Afirma que fica difícil de entender uma coisa que apesar de ter sido apresentado  
123 na reunião da Comissão do Fundo, não foi apresentada na Prestação de Contas. **Edson**  
124 **Antônio de Souza** pergunta aonde, especificamente, uma transferência da autarquia para o  
125 fundo não foi apresentada. **Artemízia B. Martins** afirma que nas fontes da atual prestação  
126 de contas, essas transferências não são apresentadas. **Edson Antônio de Souza** afirma que  
127 essa movimentação financeira à qual se referiu irá aparecer na Prestação de Contas do  
128 próximo mês. Afirma que no presente dia teve uma reunião com a Controladoria às quatro  
129 horas da tarde. Afirma que pediu que suspendessem a reunião em virtude de uma outra  
130 reunião marcada e que era mais urgente do que a controladoria. Afirma que a respeito dessa  
131 instrução, a autarquia irá realizar esta transferência no presente mês. Isso para ficar claro  
132 para o conselho o quanto que sobrou da autarquia e que foi transferido para o fundo. Afirma  
133 que a conta corrente do fundo irá receber o recurso desse mês. Afirma que é por essa razão,  
134 ou seja, por que o recurso será transferido no presente mês, que a transferência não aparece  
135 na prestação de contas. **Marcos Ratto** afirma que faz suas as palavras do Conselheiro Joel  
136 Tadeu. Afirma que houveram muitos avanços na prestação de contas realizada pela  
137 autarquia, seja na forma como está sendo feita, seja através da demonstração de boa vontade  
138 e do comprometimento de melhorar ainda mais a mesma. Por essa razão pede  
139 encarecidamente não apenas ao segmento de trabalhadores mas como às demais bancadas  
140 como prestadores e ao gestor estadual que votem, favoravelmente à prestação de contas, sem  
141 ressalvas. **Ana Paula** afirma que teve um pouco de dificuldade por que as rubricas de restos  
142 a pagar não estavam coerentes com os valores do fundo assim como com os valores da  
143 autarquia. Afirma que teve uma dificuldade muito grande de acompanhar os grandes saldos  
144 e grandes valores. **Edson Antônio de Souza** afirma que os restos a pagar vão aparecer  
145 apenas na conta da autarquia por que representa uma dívida que a autarquia tem cujo  
146 dinheiro está sobrando e já foi debitado como se a mesma tivesse pago essa despesa. Afirma  
147 que neste caso o dinheiro fica guardado no banco para depois a autarquia poder fazer o  
148 pagamento. Afirma que neste caso o saldo é que foi transposto para o fundo. **Ana Paula**  
149 pede que o secretário abra algum arquivo que possa demonstrar essa operação. Pede, a título  
150 de exemplo, que o secretário apresente essa operação na fonte 496, da Média e Alta  
151 Complexidade. No exemplo referido, ela explica que ficou um restos a pagar, na conta da  
152 autarquia, de R\$ 3.438.000,00 (três milhões quatrocentos e trinta e oito mil). Sendo que, na  
153 conta do fundo, o saldo foi zero. **Edson Antônio de Souza** esclarece que esse restos a pagar  
154 se refere a um valor que a autarquia está pagando no período. Afirma que a autarquia tinha  
155 um saldo financeiro, no banco, de R\$ 6.186.000,00 (seis milhões cento e oitenta e seis mil  
156 reais). Afirma que a autarquia teve de receita (extra orçamentária), de aplicação financeira,  
157 R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais). Afirma que essa receita extra representa um  
158 empenho que foi anulado, relativo a uma despesa que a autarquia fez e que posteriormente  
159 foi estornada. De forma que a receita total se deve à somatória dessas duas receitas. Afirma  
160 que nesse período a autarquia pagou de restos R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos  
161 mil reais). Afirma também que este saldo apresentado trata-se de um saldo financeiro que  
162 está disponível atualmente na conta. Afirma também que essa é uma movimentação que a  
163 autarquia tem na conta do fundo, e que não ainda não se mistura com a outra. Afirma que o

164 dinheiro não saiu da autarquia e veio para o fundo. Afirma que como esse é o saldo  
165 financeiro isso significa que ele é o saldo que estava no banco neste dia. Afirma que  
166 posteriormente poderá mostrar isso para o conselho. Afirma que o saldo financeiro é o saldo  
167 que existe disponível no banco, e o orçamentário é o que a autarquia dispõe de orçamento.  
168 Afirma que o que a autarquia tem de receita menos o empenho dá um saldo que é menor do  
169 que o saldo que a autarquia possui disponível no banco, que é o saldo de dinheiro que sobra,  
170 sendo que o do banco é o que está disponível no banco para pagar aquilo que a autarquia  
171 está devendo. **Ana Paula** afirma que talvez por causa do formato das apresentações  
172 anteriores antigamente era mais fácil de entender como funcionavam as contas da autarquia.  
173 Afirma que antigamente existiam essas grandes rubricas e as somas eram coerentes. **Edson**  
174 **Antônio de Souza** afirma que o seu propósito é o de mostrar para o conselho, no próximo  
175 slide é essa diferença, a saber, a diferença entre o quanto de dinheiro a autarquia tem  
176 sobrando e não está aplicado e o quanto tem de dinheiro na conta, a saber, o saldo bancário.  
177 Afirma que vai mostrar as duas coisas e explicar a diferença. Afirma que o saldo financeiro  
178 no banco é uma coisa e o saldo disponível sem aplicação é outra. Afirma que na próxima  
179 apresentação irá trazer mais essa informação. **Adriana Xavier** agradece a celeridade no  
180 atendimento de sua solicitação. Solicitação essa que, segundo afirma, levou outras pessoas a  
181 lhe questionar, partindo do pressuposto de que a mesma era conhecedora do funcionamento  
182 das contas da autarquia. Afirma considerar interessante as pessoas reconhecerem que não  
183 entendem tão bem quanto pensavam. Afirma achar interessante esse modelo apresentado  
184 pelo secretário, por que é um modelo mais simples que torna mais fácil o entendimento para  
185 os conselheiros. Afirma que isso é interessante por que permite aos conselheiros  
186 questionarem coisas pouco importantes ou coisas pouco pertinentes. **Gioconda Ferreira**  
187 afirma que, conforme foi relatado pela Conselheira Adriana, algumas pessoas do segmento  
188 de usuários aprovaram a prestação de contas com a ressalva de que fosse dada um maior  
189 esclarecimento. Afirma que, em dois anos e meio de conselho, não tinha conhecimento ou  
190 não entendia muitos itens da prestação de contas. Afirma que aprovava as prestações de  
191 contas por que existia uma comissão que fazia uma avaliação, um estudo e emitia um  
192 parecer. Afirma que, por essa razão, essa prestação de contas está se constituindo em uma  
193 aula excelente. Por essa razão afirma que também gostaria que tivesse mais  
194 acompanhamento sendo que, dessa forma, não teria mais dificuldade de questionamento.  
195 **Maria A. Jordão Pedroza** afirma que o Conselheiro Marcos solicitou na reunião anterior  
196 que fosse resgatada a planilha de votação nominal. Afirma que para isso seria interessante  
197 que nas votações os conselheiros fossem nominados e chamados. **Sandra Bonini** aprova a  
198 prestação de contas. **Sandra Iara Sterza** aprova a prestação de contas. **Lazara Regina de**  
199 **Rezende** aprova a prestação de contas. **Marcos Rogério Ratto** aprova a prestação de  
200 contas. **Ana Paula Cantelmo Luz** aprova a prestação de contas. **Artemízia B. Martins**  
201 aprova a prestação de contas. **Rita de Cássia Domansky** aprova a prestação de contas. **Ogle**  
202 **Beatriz B. de Souza** aprova a prestação de contas. **Paulo Fernando de M. Nicolau** aprova  
203 a prestação de contas. **Joel Tadeu Corrêa** aprova a prestação de contas. **Maria Ângela**  
204 **Magro** aprova a prestação de contas. **Neusa Maria dos Santos** aprova a prestação de  
205 contas. **Gioconda Pereira da Silva Ferreira** aprova a prestação de contas. **Maria**  
206 **Osvaldina Mello de Oliveira** aprova a prestação de contas. **Elizabeth Maria Alves** aprova  
207 a prestação de contas. **Rosicler Amarins de Moura Vaz** aprova a prestação de contas.  
208 **Hildegard Maria Lopes** aprova a prestação de contas. **Adriana Xavier Dorta** aprova a  
209 prestação de contas. **Esmeralda Pereira da Silva** aprova a prestação de contas. **Edson**  
210 **Antônio de Souza** aprova a prestação de contas. **Declara que, portanto, a Prestação de**  
211 **Contas foi APROVADA com 19 votos a favor e 1 ressalva.** **Edson Antônio de Souza**  
212 passa para o segundo item de pauta, a saber, a **Apresentação e aprovação do Relatório**  
213 **Anual de Gestão da Autarquia Municipal de Saúde, referente ao período de 2009.** O  
214 mesmo será apresentado pela Diretora de Planejamento e Logística em Saúde, a servidora  
215 Maria Terezinha Punhagui de Carvalho. **Terezinha Punhagui** dá boa noite a todos e declara  
216 que foi distribuído aos conselheiros, na reunião passada, o relatório. Afirma que teve que ir  
217 embora antes da apresentação, tendo a servidora Bruna Petrillo sido incumbida da

218 apresentação que, no fim, não pôde ser realizada. Afirma que, para essa apresentação, fez  
219 um resumo explicativo para esclarecer do que trata o relatório. Declara que o relatório que  
220 vai apresentar é o Relatório Anual de Gestão da Saúde de 2009. Faz uma exposição onde  
221 declara que o relatório é um instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da  
222 gestão do SUS previsto na lei orgânica da saúde, Lei 8.142 art 4º e aprovado pela portaria  
223 ministerial 548 de 12 de abril de 2001. O mesmo foi normatizado pela Portaria 3.332 de  
224 2006 e teve seu fluxo estabelecido pela Portaria 3.176 de 2008. O mesmo destina-se a  
225 sistematizar e divulgar informações sobre os resultados obtidos e sobre a probidade dos  
226 gestores às instâncias formais do SUS, ao legislativo, ao Ministério Público e à sociedade  
227 como um todo. Afirma que esse instrumento deve possibilitar o acompanhamento da  
228 conformidade da aplicação de recursos à programação aprovada. Afirma que esse relatório,  
229 quando é aprovado, é encaminhado para a bipartite, para o Ministério Público, sendo que o  
230 tribunal também exige sua apresentação. Afirma que o relatório também proporciona  
231 subsídios para a avaliação e para a confecção das programações anuais de saúde e,  
232 conseqüentemente, aos planos de saúde subseqüentes, como o Plano Municipal de Saúde.  
233 Afirma que é esse relatório que servirá de base para a elaboração do Plano Municipal de  
234 Saúde. O relatório foi dividido em introdução, atividades assistenciais-quantitativas, aonde  
235 entra a atenção básica, a atenção à média complexidade e os serviços hospitalares em média  
236 e alta. Afirma que no item 3 entrou a programação “programas assistenciais para agravos ou  
237 população de risco”. Onde entram a estratégia saúde da família e implantação do NASF, o  
238 programa respira londrina, o programa de fitoterapia, o programa de controle de hipertensão  
239 e diabetes, o programa de prevenção de câncer de colo de útero e de mama e o programa de  
240 planejamento familiar. Afirma que também dentro do “programa assistencial para agravos  
241 ou população de risco” entra o programa de combate ao tabagismo, a atenção integral à  
242 saúde do idoso, a atenção fisioterapêutica da atenção básica e na média complexidade e o  
243 programa de saúde mental, rede de proteção à criança e adolescentes vítimas de violência,  
244 sendo o quarto item as ações em programas de vigilância em saúde. Afirma que dentro desse  
245 quarto item entram as ações e programas de vigilância epidemiológica, ações e programas  
246 de vigilância sanitária e controle de endemias. Afirma que no quinto entra o perfil de morbi-  
247 mortalidade, análise preliminar. Onde entram a avaliação do pacto de indicadores de saúde -  
248 que se dá através da Portaria 2.669 GM de novembro de 2009 e que já foi apresentado na  
249 reunião do conselho - as ações em saúde do trabalhador; as ações de apoio logístico, gestão  
250 do trabalho e da educação em saúde; obras de reforma, ampliação e construção na saúde. O  
251 item 11 é execução financeira e orçamentária, o item 12 é convênios, 13 é acompanhamento  
252 e monitoramento, 14 é o conselho municipal de saúde, que são os resumos das atividades,  
253 atas e resoluções, 15 é a 11ª Conferência Municipal de Saúde, a ser anexado na versão final  
254 as considerações finais e a elaboração. Afirma que existe uma normativa, de número 43  
255 datada do ano de 2010 que são os instrumentos elaborados pelo Tribunal de Contas do  
256 Estado que estabelece os modelos para a avaliação e conclusão acerca do relatório anual de  
257 gestão. Esclarece que esse relatório é o do ano de 2009, que é elaborado através do  
258 encaminhamento de todas as atividades de todos os diretores para a Diretoria de  
259 Planejamento. Afirma que o relatório exhibe, na realidade, tudo o que a Secretaria de Saúde  
260 fez dentro de suas diretorias, o que é encaminhado à DPLS. Afirma que essa normativa do  
261 Tribunal de Contas à qual se referiu foi apresentada pelo ex-Diretor Financeiro, o Sr Juvenal  
262 Futagami, o que inclusive foi aprovado com ressalvas. Afirma que o relatório em questão é  
263 o de 2009, sendo que ainda precisa ser feito o relatório relativo ao ano de 2010. Afirma que  
264 a finalidade do mesmo é a de fazer um acompanhamento das atividades executadas. Afirma  
265 que a finalidade da normativa é estabelecer ações que deveriam ser melhor executadas. Que  
266 esse documento que vai ser encaminhado ao tribunal é um relatório que o conselho pode  
267 aprovar com ou sem ressalvas e dará sugestões para o relatório de 2010. A título de exemplo  
268 esclarece que dentro de um item, por exemplo, o item “resultados alcançados” a pessoa pode  
269 solicitar que o mesmo seja realizado. Afirma que para isso a pessoa precisa elaborar o  
270 relatório especificando o que gostaria de ser mudado e o que gostaria de acrescentar no  
271 relatório de 2010. Afirma que o mesmo tratar-se-ia de uma relatório preliminar para ter a

272 aprovação do conselho sendo que o relatório seria elaborado com base no relatório de 2009.  
273 Isso por que se, por um lado, o Plano Municipal são as ações, o relatório são as ações que já  
274 foram executadas no ano anterior e que, portanto, foram transcritas no ano anterior. Sendo  
275 que, no presente ano, temos as ações para fazer o relatório de 2010. Relatório esse que é  
276 feito na Diretoria de Planejamento, com a colaboração da servidora Margareth Shimitti e é  
277 encaminhado pelas diretorias. **Joel Tadeu** primeiro afirma que acata a sugestão do  
278 Conselheiro Marcos Ratto. Após isso solicita que os conselheiros que estão do lado de fora  
279 do auditório – principalmente aqueles que lhe são mais próximos - voltassem para o mesmo.  
280 Afirma que quando foi indagado por um colega de segmento sobre como é elaborado o  
281 relatório, afirmou que o mesmo foi elaborado através de um Plano Municipal de Saúde que  
282 foi aprovado no passado. Afirma que quando esse plano é aprovado, a sua vigência prevista  
283 é de quatro anos. Sendo que, primeiramente, é aprovado o Plano Municipal de Saúde e,  
284 posteriormente, são elaboradas as programações anuais. Afirma que é a programação anual  
285 que precede a aprovação do relatório pelo conselho. Declara que gostaria que a Diretora  
286 Terezinha Carvalho permanecesse como diretora da secretaria, por que com a mesma os  
287 canais do diálogo estão abertos, é do mais alto nível e dá indicações de que colaboram para a  
288 satisfação do interesse dos usuários. Afirma que o ideal para que o relatório de gestão fosse  
289 aprovado seria através da realização de oficinas. Solicita às conselheiras Ogle Beatriz e  
290 Sandra Bonini que se pronunciem a respeito por que já tiveram a oportunidade de conversar  
291 a respeito desse assunto com ele. Afirma que ele dialoga com todo mundo, seja de qual  
292 segmento for, seja gestor, trabalhador ou prestador. Propõe a realização das oficinas para o  
293 esclarecimento, por exemplo, de porque determinadas pactuações não foram cumpridas,  
294 através de indicadores. Afirma que é assim que gostaria que as coisas acontecessem. Repete  
295 o que, em outra ocasião, falou: A reunião da Comissão Executiva é na primeira semana do  
296 mês de forma que não procede a afirmação de que era realizada em outra data, já que fazem  
297 onze meses que as coisas são feitas dessa forma. Portanto, a partir do momento que se  
298 realiza uma oficina para deliberar acerca do que não foi executado a participação popular  
299 está sendo efetivamente considerada. E, por consequência, dessa forma poderá aprovar o  
300 relatório de gestão com a maior tranqüilidade. Afirma que inicialmente havia pensado em se  
301 abster para não haver quorum de aprovação mas que, entretanto, foi convencido pelo  
302 Conselheiro Marcos Ratto a aprovar com ressalvas. Ressalva essa que esclarece se tratar não  
303 da apresentação, mas do prazo dado para a mesma. Ou, em outras palavras, do prazo dado  
304 para se trabalhar a mesma. Afirma que a pessoa que pediu para trazer essa questão para o  
305 conselho, que é a Conselheira Rosalina Batista, não está presente à reunião neste dia.  
306 Entretanto afirma que gostaria de trabalhar o relatório de gestão com a equipe da Diretoria  
307 de Planejamento para assim poder aprender como a realização do plano funciona. Declara  
308 que, a partir do momento em que a diretoria cumprir essa exigência, ela poderá contar com a  
309 total colaboração do conselho. Afirma que a sua aprovação, assim como a aprovação dos  
310 seus colegas de segmento e outros aliados, será feita com ressalvas. **Ana Paula** afirma ter  
311 sido em boa parte contemplada pela fala do Conselheiro Joel Tadeu. Afirma que concorda  
312 que é necessário que seja feita uma ligação entre o plano e o relatório de atividades. Ligação  
313 essa que pode muito bem ser feita através de uma oficina além do que, na sua opinião, o  
314 momento é mais do que favorável para isso. Ligação essa que é feita entre o que foi  
315 planejado e o que foi realizado, principalmente em relação à 11ª Conferência Municipal de  
316 Saúde. Já que as propostas são realizadas nas conferências, sem se esquecer também de  
317 avaliar inclusive o que foi realizado das propostas da conferência anterior. Afirma que a sua  
318 sugestão para 2010 é que o conselho tenha: das proposições para a 11ª conferência, o que foi  
319 desenvolvido no presente ano. Para que assim se tenha esse capítulo da conferência, que é  
320 rico, apresentado de forma clara, ou seja, de forma a ser esclarecido o que foi proposto e o  
321 que foi realizado. De forma que a oficina é o momento para discutir e fazer essa avaliação  
322 de forma conjunta. **Terezinha Carvalho** declara que tem a intenção de complementar a fala  
323 do Conselheiro Joel Tadeu. Declara que é uma pessoa que tem grande consideração pela  
324 Atenção Básica, consideração essa que sabe que compartilha com a Diretora de Ações em  
325 Saúde, a Diretora Bruna Petrillo. Afirma que o assunto sobre as quais as duas mais falavam

326 e que melhor apresentaram ao secretário foi relativo à Atenção Básica. Afirma que em uma  
327 reunião da qual participaram conseguiram trazer para Londrina pessoas como o Armando  
328 Raggio, que inclusive acreditam ser algo que deveriam fazer frequentemente. Afirma que  
329 vai pedir ponto de pauta para a próxima reunião para falar já sobre o Plano Municipal. Por  
330 que a elaboração desse relatório, de acordo com a normativa, exige um esclarecimento a  
331 cerca de quais pontos devem ser melhorados, considerando a apresentação do relatório já  
332 elaborado de 2009 e considerando a elaboração a ser feita do relatório de 2010. Afirma que  
333 é a partir disso que deve se começar a discutir e analisar o relatório, analisar os dados do  
334 mesmo sendo que, para isso, a melhor alternativa é mesmo a realização de oficinas. Pois é  
335 dessa forma que, na sua opinião, a gestão da saúde como um todo, ou incluindo todos os  
336 seus segmentos, cresce. Afirma que mesmo os índices de pactuação para o seu cumprimento  
337 dependem da colaboração entre os diferentes segmentos. Afirma que portanto concorda com  
338 o que o Conselheiro Joel falou e que a Conselheira Ana Paula complementou, de que a  
339 aprovação do relatório deve passar por uma oficina. **Sandra Bonini** afirma que apesar de ter  
340 sido contemplada pelas falas dos conselheiros Joel Tadeu e Ana Paula, gostaria de fazer  
341 algumas observações. Informa a todos sobre o conteúdo da Portaria 2.751 de 11 de  
342 novembro de 2009, que dispõe sobre a integração dos prazos e processos de formulação dos  
343 instrumentos do sistema de planejamento do SUS. Esclarece que a mesma trata acerca de  
344 cada instrumento de gestão e o período em que ele deve ser realizado. Informa também que  
345 a Portaria 3.176 de 24 de dezembro de 2008 traz informações sobre o Relatório de Gestão,  
346 tratando, por exemplo, sobre quais elementos o relatório deve contemplar. Considera  
347 extremamente importante que todos os conselheiros conheçam essas portarias. Afirma que  
348 fez uma análise do Relatório de Gestão, fez uma análise para ver se o relatório tinha  
349 coerência com o Plano Municipal de Saúde, e, enquanto representante da Regional de Saúde  
350 observou que a grande maioria dos municípios estão se atentando às exigências do Tribunal  
351 de Contas – até por uma questão de necessidade e por que está havendo uma interlocução  
352 muito grande com o TC relacionada aos instrumentos de gestão – que o TC está cada vez  
353 mais exigente tanto é que agora ele exige, de acordo com a instrução normativa nº 43 – uma  
354 avaliação do cumprimento das metas do pacto. Sendo que os municípios que não atingirem  
355 as metas propostas não terão suas contas aprovadas, ou seja, há uma série de coisas  
356 acontecendo no país. Por essa razão considera importantíssima a proposta de realização de  
357 oficinas. Afirma que esse é um ano oportuno, inclusive porque, todo ano, deve ser feita a  
358 programação anual de saúde. Portanto agora é o momento da construção da programação  
359 anual de saúde para, no final do ano, ser realizada a avaliação do relatório anual de gestão.  
360 Afirma que neste momento devemos pensar na programação anual de saúde que deve estar  
361 em consonância com o plano municipal de saúde, com todas as propostas feitas no plano,  
362 contando inclusive com o que foi demandado e referenciado pela Conferência Municipal de  
363 Saúde. Para que seja avaliada qual seria a proposta para o ano, para que no final do mesmo  
364 fosse feita a avaliação. Isso por que a programação anual de saúde nada mais é do que a  
365 agenda da saúde para aquele mesmo ano. Propõe, portanto, que o conselho trabalhe junto  
366 com o município a construção da programação anual de saúde. Para que, no próximo ano,  
367 possam pensar no relatório anual de gestão. **Edson Antônio de Souza** retomando a fala  
368 propõe que, já que ninguém mais vai fazer uso da fala, se faça a votação. **Sandra Bonini**  
369 aprova com ressalvas. **Sandra Iara Sterza** aprova com ressalvas. **Lazara Rezende** aprova  
370 com ressalvas. **Marcos Ratto** aprova com ressalvas. **Ana Paula** aprova com ressalvas.  
371 **Artemízia Martins** aprova com ressalvas. **Rita Domansky** aprova com ressalvas. **Ogle**  
372 **Beatriz** aprova com ressalvas. **Paulo Nicolau** aprova. Afirma que gostaria que fossem  
373 apresentadas oficinas para o próximo ano, para melhorar a elaboração do plano. **Joel Tadeu**  
374 aprova com ressalvas. **Neide Aparecida** aprova com ressalvas. **Neusa Maria** aprova com  
375 ressalvas. **Gioconda Pereira** aprova com ressalvas. **Maria Osvaldina** aprova com  
376 ressalvas. **Elizabeth Alves** aprova com ressalvas. **Rosicler Vaz** aprova com ressalvas.  
377 **Hildegard Lopes** aprova com ressalvas. **Adriana Xavier** aprova com ressalvas. **Esmeralda**  
378 **Silva** aprova com ressalvas. **Edson Antônio de Souza** aprova e declara que foram 18 votos  
379 com ressalvas e 2 votos sem ressalvas. **Tendo sido, portanto, APROVADO o Relatório de**

380 **Gestão da Autarquia Municipal de Saúde referente ao exercício de 2009. Edson**  
381 **Antônio** propõe que se dê continuidade ao **terceiro item da pauta**, a saber, **Análise para**  
382 **aprovação de despesas com transporte para os delegados dos segmentos de usuários e**  
383 **trabalhadores eleitos para a IV Conferência Estadual de Saúde Mental Intersectorial** –  
384 que será apresentado pela Gerente de Saúde Mental, **Ângela Lima**. **Ângela Lima** pede  
385 desculpas pelo transtorno causado pela inclusão do ponto de pauta e afirma que não era a  
386 sua intenção causar transtorno. Afirma que segundo o regimento da IV Conferência de  
387 Saúde Mental é da competência dos municípios o transporte para o segmento dos usuários e  
388 dos trabalhadores. Sendo o transporte do gestor e do prestador responsabilidade dos  
389 próprios. Sendo a hospedagem e a alimentação por conta do Estado, sendo que, portanto, o  
390 conselho estadual que irá pagar. Afirma que Londrina tem 19 delegados que foram eleitos  
391 na conferência municipal sendo 14 do segmento de usuários e 05 do segmento de  
392 trabalhadores. Afirma que fora informada pela Diretora Terezinha Carvalho, em conversa  
393 que teve com a mesma, que talvez não haja tempo hábil para a contratação de transporte.  
394 Afirma que as passagens rodoviárias estão R\$ 79,80 (setenta e nove reais e oitenta centavos)  
395 sendo a ida e a volta por volta de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais). Sendo o valor total,  
396 portanto o resultado do produto entre o número de delegados e o valor unitário da passagem,  
397 de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais). Sendo a data dias 18 e 19 de maio. **Joel Tadeu**  
398 declara que pediu a palavra não só para falar mas também para lembrar a todos que, na  
399 reunião passada o conselho aprovou a ida de dois usuários para o evento apresentado pela  
400 Mãe Omin. Afirma que, diferentemente deste ponto de pauta, naquele evento a pessoa  
401 também teria que arrumar financiamento para a sua hospedagem. Afirma que os  
402 conselheiros escolhidos para atender o evento foram a Conselheira Rosicler e ele mesmo,  
403 Joel Tadeu. Que a Conselheira Neusa Maria também irá participar do evento, indo,  
404 entretanto, como representante da UGT – União Geral dos Trabalhadores. Afirma que está  
405 fazendo esse informe para que todos se lembrem da discussão e para que os  
406 encaminhamentos necessários sejam tomados. **Maria Osvaldina** afirma que, em princípio,  
407 sequer a conferência municipal seria realizada tendo sido, desta forma, resultado do trabalho  
408 de uma comissão formada pelos conselheiros. Afirma que, por esse motivo, na sua opinião,  
409 a proposta tem que ser aprovada. Inclusive por que em Londrina tem ocorrido muitos  
410 incidentes relacionados a problemas de saúde mental. Principalmente quando se tratam de  
411 casos de depressão. Por essa razão Londrina deve participar da Conferência Estadual e desta  
412 última deve sair um pessoal de Londrina para participar da Conferência Nacional. Solicita  
413 ao secretário que envide todos os esforços necessários para garantir a participação de  
414 Londrina assim como garanta a ida de representantes dos usuários, por que os mesmos  
415 atuam bastante em suas bases assim como recebem muitas reclamações relativas aos  
416 serviços de saúde mental. Afirma que no Ouro Branco existe uma equipe de mulheres que  
417 estão fazendo terapia com trabalhos de pintura o que tem permitido inclusive que alguma  
418 delas dispensem o uso de medicamentos. Afirma que devido à correria do dia a dia, tem  
419 levado muitas pessoas a sofrerem de problemas de saúde mental. **Marcos Ratto** afirma que  
420 aprova as despesas e que gostaria de ressaltar uma situação passada na qual foi aprovado o  
421 transporte de um conselheiro e, devido a problemas na gestão, a aprovação não foi validada.  
422 Por essa razão pede ao presidente do conselho que, já no primeiro horário do dia seguinte,  
423 delibere e faça os encaminhamentos legais para que não haja perda de tempo. Isso para que  
424 na próxima reunião os conselheiros não tenham que ouvir a justificativa de que não foi  
425 possível pagar as despesas de transporte aprovadas pelo conselho. **José G. de Castro** afirma  
426 que o assunto é de grande importância, e a problemática da saúde mental é há tanto tempo  
427 debatida que, na sua opinião, não existe razão para haver a menor discussão acerca do  
428 assunto. Que o tema trata-se de assunto que deve ser urgentemente aprovado inclusive com  
429 algum apoio de traslado em Curitiba para que as pessoas tenham as condições necessárias.  
430 Declara que outra questão a qual gostaria de abordar diante de todos os conselheiros.  
431 Declara que toda e qualquer conferência pública que for feita em lugar inacessível  
432 decepciona cada vez mais o conselho da pessoa com deficiência. Afirma que o espaço do  
433 Auditório Samuel Pessoa, da Villa da Saúde, é impróprio para qualquer atividade

434 profissional. Propõe ao secretário que reveja o local por que as pessoas com deficiência não  
435 tem acesso a ele e que o conselho exclui as pessoas quando utilizam um espaço sem o  
436 mínimo de acessibilidade. Afirma que a garantia de acessibilidade é direito previsto em lei e  
437 pede ao secretário que reveja o uso do imóvel por ser problemático demais para incluir as  
438 pessoas que realmente precisam. **Neusa Maria** afirma que, na sua opinião, os conselheiros  
439 devem aprovar as despesas. Afirma não saber de que forma seria possível abaixar esse custo  
440 considerando que o conselho realiza despesas com passagens com uma certa regularidade.  
441 Afirma não saber se é garantido o traslado da rodoviária para o local do evento ou para o  
442 local aonde os delegados ficarão hospedados. Solicita ao secretário um esclarecimento sobre  
443 essa possibilidade, devido à sua experiência com gestão pública. Propõe uma análise  
444 imaginando que o custo do ônibus poderia, eventualmente, sair mais em conta do que o  
445 custo individual das passagens. Afirma que o custo individual das passagens para o último  
446 evento realizado em Foz do Iguaçu saiu mais barato. **Marcos Ratto** solicita à Ângela,  
447 gerente de saúde mental, informações relativas a local de hospedagem, local de realização  
448 do evento, cadastramento, traslado entre outros. **Ângela Lima** afirma que, segundo foi  
449 informada, ainda não foram licitados os hotéis da Cidade de Curitiba. Afirma que,  
450 normalmente, os hotéis são próximos aos locais do evento. Afirma que, de fato, um  
451 problema do transporte via ônibus rodoviário é o traslado da rodoviária até o hotel. Afirma  
452 que depois disso, a organização do evento organiza o traslado do hotel ao evento,  
453 entretanto, quanto à ida da rodoviária até o hotel, é um problema que deve ser resolvido pela  
454 entidade responsável pela delegação. Afirma que o evento será realizado no Centro de  
455 Eventos, que se situa na Rua Barão do Rio Branco. Que o mesmo fica próximo ao hotel  
456 aonde os conselheiros ficaram quando houve a conferência estadual de saúde, sendo  
457 próximo ao Shopping Estação assim como próximo a vários hotéis. **Marcos Ratto** declara  
458 que até havia encerrado as suas falas mas, entretanto, se sentiu tentado a fazer mais uma  
459 intervenção após ouvir as declarações feitas pelo Sr José de Castro. Afirma que quis se  
460 manifestar a esse respeito já no dia da conferência, na Faculdade INESUL, devido ao fato do  
461 mesmo ter feito uma fala basicamente na mesma linha. Afirma que, por esse motivo, fez  
462 questão de fazer uma vistoria na qual pôde atestar que as instalações do INESUL possuem  
463 sim uma entrada própria para acesso de deficientes físicos. Afirma que apenas estuda nessa  
464 instituição, e paga suas mensalidades da mesma forma como as outras pessoas o fazem, não  
465 recebendo nada, portanto, para defendê-la. Afirma que, entretanto, a respeito das críticas  
466 acerca da acessibilidade às reuniões do conselho, acata a proposta assim como concorda que  
467 esse é um assunto importante a ser discutido, ou seja, que talvez seria o caso de realizar as  
468 reuniões em outro local, talvez como o auditório a Maternidade que, na sua opinião,  
469 contempla as questões relativas a esse problema. Já que é uma lei, acredita que faz-se  
470 necessário ao conselho buscar a melhor forma de cumpri-la, respeitando, é claro, a  
471 necessidade dos deficientes físicos. Por essa razão acata a discussão e afirma ser partidário  
472 da idéia de que o conselho deve sim fazer essa defesa. **José G. de Castro** afirma que as  
473 pessoas imaginam que se o local do evento dispõe de uma rampa o mesmo é acessível.  
474 Entretanto isso não é suficiente, mesmo por que existem padrões para esse tipo de coisa.  
475 Afirma que se fosse proposto a uma pessoa normal usar uma cadeira de rodas para subir  
476 uma rampa como a do INESUL, essa pessoa não só não conseguiria subir, como iria ao  
477 chão. Afirma que, portanto, essa rampa não atende aos padrões, assim como a rampa do  
478 CISMENPAR também não atende aos padrões estabelecidos pelas leis de acessibilidade.  
479 Portanto, afirma, ou as pessoas criam condições para incluir as pessoas com deficiência ou  
480 cria uma lei que defina o impedimento da participação das pessoas com deficiência. Afirma  
481 que apesar dele ter vindo participar de surpresa, questiona por que não se elaboram papéis  
482 para a leitura das pessoas cegas. Ou por que não tem alguém que faça uma interpretação das  
483 reuniões para pessoas surdas. Por que se um surdo viesse participar da reunião do conselho,  
484 ele não saberia o que fazer, além de assistir as pessoas. Informa a todos que é vice-  
485 presidente do conselho da pessoa com deficiência, estando acompanhado da secretária do  
486 referido conselho, a saber, a Paola e a Priscila, que é membro do mesmo. Declara ser uma  
487 coisa impressionante o que está acontecendo em Londrina, e que gostaria que a Priscila

488 dissesse o que testemunhou estar acontecendo na unidade de saúde de sua região. **Priscila**  
489 afirma que o atendimento na sua unidade de saúde está insuportável, e isso não apenas para  
490 os cadeirantes. Afirma que o posto recebe sonda para cadeirante masculino, mas que não  
491 serve para cadeirante feminino. A respeito do TFD afirma que, como precisa fazer  
492 tratamento em Brasília, ela tem que fazer o requerimento na Villa da Saúde sendo que, o  
493 pessoal da Villa lhe orienta a se dirigir a um lugar que o próprio médico – Dr Éder Demolin  
494 - se recusa a aceitar que o tenham feito. Tudo isso para fazer o preenchimento do TFD.  
495 Afirma que da primeira vez que foi, foi o médico que preencheu. Já na segunda vez que veio  
496 para a Villa da Saúde requisitar o serviço, foi informada de que passou a não ser mais  
497 possível. Sendo que quem tem que preencher é o médico que fez a sua cirurgia, porque é ele  
498 que conhece o seu diagnóstico. Afirma que quando vem para a Villa, a Dra Norma fala que  
499 o preenchimento tem que ser feito com o Dr Éden. Sendo que ela não pode abdicar de ir  
500 fazer o tratamento em Brasília por que, na eventualidade de ficar doente, pelo menos lá ela  
501 poderá dispor de tratamento gratuito sendo que em Londrina ela não terá nada disso.  
502 **Marcos Ratto** afirma que gostaria que a Dra Norma pudesse ter o direito de resposta.  
503 **Priscila** afirma que se antigamente poderia vir à Villa para poder solicitar o remédio de uso  
504 contínuo que usa, o RETEMIC, hoje já não é mais possível. Afirma que hoje a Villa já não  
505 fornece mais. **Norma** esclarece que é funcionária encarregada de um serviço e que, por essa  
506 razão, cumpre as orientações que são repassadas pelo estado e pelo governo federal. Afirma  
507 que para os pacientes que vão para fora do estado, com patologias a serem tratadas fora do  
508 mesmo, existe uma orientação de que, uma vez por ano, eles passem - no caso de pacientes  
509 com deficiência física – no serviço de reabilitação de referência – a saber, a clínica do Dr  
510 Éden – para receber a aprovação de que a paciente realmente ainda precisa fazer tratamento  
511 fora do estado. Afirma que essa orientação não parte dela e sim uma determinação superior  
512 que a ela cabe obedecer. **Priscila** afirma que está se referindo a isso porque ligou para  
513 Curitiba. Afirma que antes de buscar providências, buscou se informar. Afirma que ligou  
514 para Curitiba e o rapaz que lhe atendeu – cujo nome não se lembra - lhe garantiu que se o  
515 seu médico preencheu o TFD o tratamento pode ser realizado. **Norma** afirma que como o  
516 pagamento do tratamento é realizado pelo governo do estado, a orientação do mesmo é  
517 justamente essa. Que o município apenas exerce a função de supervisionar a prestação do  
518 serviço. Declara também que a orientação dada pela assistência social da 17ª regional é a de  
519 que uma vez por ano o paciente tem que passar por essa vistoria. Afirma que isso é feito por  
520 que existem pacientes que passam o seu período de reabilitação e, a partir de um  
521 determinado momento não precisam mais do serviço. Afirma que uma vez que lhe for dada,  
522 por escrito, orientação em sentido contrário, assim realizará o serviço. Afirma que para a sua  
523 pessoa é bem mais fácil realizar as coisas dessa forma. **Priscila** afirma que quando uma  
524 pessoa na sua condição chega nessa clínica a mesma geralmente precisa aguardar por volta  
525 de seis horas. Afirma que teve um dia em que ela foi a essa clínica às 6 horas da tarde sendo  
526 que só pode sair da mesma por volta da meia noite. Afirma que, na sua opinião, é um  
527 absurdo uma pessoa ter que esperar 6 horas apenas para um médico preencher um papel.  
528 **Marcos Ratto** propõe uma questão de encaminhamento. Afirma que é solidário à questão  
529 levantada pela Priscila e que, como membro da Comissão Executiva, pede aos membros do  
530 conselho das pessoas com deficiência que façam essas reclamações por escrito, que as  
531 encaminhem para que assim sejam discutidas enquanto ponto de pauta. Afirma que isso  
532 inclusive permitirá ao conselho das pessoas com deficiência a cobrar o cumprimento de uma  
533 exigência, no futuro. Afirma que o conselho é deliberativo e que, dessa forma será possível  
534 ao mesmo abrir pautadamente essa discussão de forma a permitir, por exemplo, à Dra  
535 Norma trazer todas as normas, portarias, enfim, exigências que ela recebe. **Ana Paula**  
536 afirma que, como a Dra Norma afirmou que segue uma orientação do estado, seria o caso de  
537 se perguntar aos representantes da 17ª se as coisas realmente precisam ser realizadas dessa  
538 forma, se esse fluxo é necessário, se realmente a recomendação é de que se passe por um  
539 especialista. Isso para evitar que se crie um ponto de pauta que poderia muito bem ser  
540 esclarecido através de uma simples consulta. **Priscila** afirma que fez questão de pautar a  
541 questão no conselho justamente neste dia por que já no próximo dia 05 terá que viajar a

542 Brasília. **Marcos Ratto** pede questão de ordem solicitando que seja votado o  
543 encaminhamento. **Edson Antônio de Souza** concorda com a questão de ordem e afirma que  
544 faz isso inclusive porque a reunião possui pauta e o assunto que está sendo discutido não faz  
545 parte dela. Afirma que o seu objetivo não é o de cercear o direito de ninguém e, portanto,  
546 considerou bastante positiva a proposta de incluir a questão na pauta da próxima reunião  
547 assim como a proposta de solicitar esclarecimentos à regional de saúde. Entretanto propõe  
548 que a discussão seja encerrada. Declara que já que o recurso é do estado, nada melhor do  
549 que aguardar um posicionamento da 17ª regional. Se for o caso do posicionamento partir da  
550 17ª e do estado, o município nada poderá fazer. Se não for, ele já se compromete, de  
551 antemão e enquanto secretário, em duas coisas: primeiro, a respeito do atendimento nas  
552 UBSs. A título de esclarecimento informa que hoje já visitou duas unidades, a saber, a UBS  
553 Centro e a UBS Guanabara. Já se antecipando ao fato de ter dado prioridade a duas unidades  
554 do centro afirma que isso se deveu ao fato das mesmas se constituírem em unidades que dão  
555 assistência a um número muito grande de idosos além do que haviam muitos pacientes no  
556 local esperando. Por essa razão solicitou à sua assessoria que providenciasse um auxiliar  
557 administrativo e um auxiliar de enfermagem para reforçar o posto, o que foi um pedido da  
558 própria coordenadora. Além de dois auxiliares de enfermagem para o período da tarde e um  
559 auxiliar de enfermagem para o período da manhã, no posto do centro, para ver se é possível  
560 melhorar o fluxo da unidade, inclusive por que a mesma atende um grande número de idosos  
561 e para que os mesmos fiquem o menos tempo possível na fila. Com relação ao atendimento  
562 nas UBSs vai passar o informe à Diretora da DAS para que a secretaria procure melhorar o  
563 atendimento. Com relação à Priscila, afirma que dará encaminhamento ao caso. **José G. de**  
564 **Castro** solicita questão de esclarecimento. Declara que quando se aprovam pautas como a  
565 que a Diretora acabou de apresentar e os conselheiros também aprovam, a saber, o que foi e  
566 o que está sendo desenvolvido nos serviços de saúde. Afirma que só fez ressalva por que, se  
567 as pessoas fossem levar em consideração o caso da Priscila, por exemplo, em Londrina  
568 existem 52.000 (cinquenta e duas mil pessoas) com deficiência. Por essa razão afirma que  
569 quando da sua parte eles propõem que algo como isso seja aprovado com ressalvas, é para  
570 que o conselho entenda o que está acontecendo lá na ponta. Por que, afirma, para quem  
571 trabalha na base e que tem experiência prática percebe que o que está faltando é organização  
572 de serviço. A título de exemplo se refere à situação de uma pessoa que precisa de uma sonda  
573 de alívio número 10, mas recebe uma sonda de número 12 ou 14. **Edson A. de Souza**  
574 agradece a participação e propõe que a pauta seja colocada em votação. Afirma que em  
575 relação à proposta da van, irá pedir para a Diretora de Planejamento entrar em contato com a  
576 Secretaria de Gestão Pública e, se houver tempo hábil para a realização de um processo  
577 licitatório e isso ficar mais barato, o mesmo será providenciado. Afirma que, em função do  
578 prazo, não será assim tão fácil mas que, entretanto, envidará todos os esforços para que isso  
579 aconteça. Propõe que a votação seja feita por aclamação e lê o ponto de pauta. Como todos  
580 se manifestaram a favor o ponto de pauta foi **Aprovada a realização de despesas com**  
581 **transporte para os delegados dos segmentos de usuários e trabalhadores eleitos para a**  
582 **IV Conferência Estadual de Saúde Mental Intersetorial, com recursos do Fundo**  
583 **Municipal de Saúde.** **Edson Antônio**, a seguir pede licença para fazer dois informes. O  
584 primeiro informe é em relação aos hospitais e os médicos, conforme foi veiculado na  
585 imprensa. Afirma que a secretaria já fechou contrato com todos os hospitais de alta e média  
586 complexidade, que no presente dia a secretaria já se sentou, em última reunião, com  
587 representantes da ISCAL e também do Hospital Evangélico, onde fecharam valores da  
588 prestação dos serviços. Afirma que ainda está pendente, entretanto, a questão dos médicos.  
589 Declara que a Santa Casa esteve uma vez na secretaria de saúde a seu convite, além do que  
590 ele fez duas visitas à ISCAL nessa negociação. Sendo que o resultado foi que, no final, eles  
591 fizeram um acordo. Afirma que, em relação ao Hospital Evangélico, ele os convocou a  
592 reunião na Secretaria de Saúde onde a secretaria lhes apresentou uma proposta, o Evangélico  
593 lhe apresentou uma contraproposta por e-mail e hoje ele esteve no Hospital Evangélico,  
594 onde ambas as partes fecharam um acordo acerca da prestação de serviços. Afirma que, com  
595 relação aos plantões médicos, esteve no dia anterior na Associação Médica, inclusive a

596 convite da própria categoria, onde fez a apresentação dos valores, das possibilidades da  
597 prefeitura relativas ao pagamento e o que a secretaria propôs no dia anterior aos plantões  
598 médicos foi a proposta de realizar um contrato por 12 meses, mantendo o valor do plantão  
599 no valor atual, de R\$ 212.050,00 (duzentos e doze mil e cinqüenta reais) para a Santa Casa e  
600 de R\$ 149.050 (cento e quarenta e nove mil e cinqüenta reais) para o Evangélico. Isso nos  
601 primeiros seis meses sendo que, a partir do sétimo mês até o décimo-segundo, ou seja, nos  
602 últimos seis meses propôs um reajuste de 10% nesses valores. Afirma que deixou a reunião  
603 para que a categoria discutisse a proposta e oficialmente recebeu há pouco tempo, da Santa  
604 Casa, a contraproposta da entidade. Afirma que deve receber já no dia seguinte, pela manhã,  
605 a contraproposta do Hospital Evangélico. Declara que com o Instituto do Câncer de  
606 Londrina, já conseguiu fechar o acordo. Sendo que, inclusive, fechou o acordo dos plantões.  
607 Com relação aos novos contratos, pontua portanto, que falta fechar acordo apenas com as  
608 equipes médicas das duas instituições, a Santa Casa e o Evangélico. Justificaram as  
609 ausências nesta reunião os conselheiros: Rosalina Batista por motivo de compromisso de  
610 trabalho, Jurema Correa, por motivo de saúde, Júlia Myiamoto por motivo de saúde, Silvia  
611 Brazão, por motivo de saúde família, Adilson de Castro por motivo de viagem, Suzi Meire  
612 Barbosa por motivo de ordem particular, Maldissulei Correa, por motivo de ordem  
613 particular, Terezinha P. Silva, por motivo de viagem, Leliane Nogueira, motivo de saúde e  
614 Janaína Mazzer por motivo de viagem. Informa também que a secretaria tem tido muitos  
615 problemas com a Imprensa nas unidade básicas de saúde. Afirma que apesar de não achar  
616 próprio dizer os nomes, gostaria de esclarecer uma matéria veiculada na imprensa aonde  
617 inclusive publicaram uma fala sua. Esclarece que realmente não estava presente na unidade  
618 e não pôde conceder a entrevista, pois estava em reunião. Relata que quando o seu celular  
619 tocou, o atendeu e pediu para falar depois. Mesmo por que em momento algum deixa de  
620 atender a imprensa. Afirma que faz isso não porque gosta de aparecer publicamente, muito  
621 pelo contrário. Inclusive já confessou ao prefeito que isso lhe incomoda um pouco.  
622 Entretanto, acha importante dar transparência ao seu serviço e imagina que, caso se furtasse  
623 a fazer isso, a imprensa poderia pensar que ele tem algo a esconder. Por essa razão tem  
624 respondido à imprensa sempre que possível. Que sempre quando a imprensa liga ele atende  
625 ou dá retorno. Relata que aconteceu de naquele momento estar em reunião quando o celular  
626 tocou, que pediu à pessoa do outro lado da linha que ligasse dali a dez minutos sendo que  
627 essa pessoa não quis esperar, segurando-o, portanto, na linha. Por essa razão precisou  
628 também elevar o tom de voz e elevar o nível da conversa. Declara ao conselho de que não  
629 vai se furtar a seja o que for e que vai assumir todas as deficiências da secretaria, mas que  
630 não irá permitir, em momento algum, que um servidor da Secretaria de Saúde seja aviltado  
631 em seu posto de trabalho. Isso por que servidor algum é obrigado a conceder entrevista, caso  
632 não quiser. Afirma que esse jornalista queria filmar a servidora a todo o custo e que lhe  
633 falou que não iria sair do posto enquanto a servidora não voltasse ao trabalho. Declara que  
634 esclareceu ao jornalista que agindo dessa forma ele estaria coagindo a servidora e, como o  
635 jornalista estava impondo essa condição, o posto não iria voltar a funcionar por falta da  
636 servidora. Afirma que depois de dez minutos o jornalista saiu do posto. Afirma o seu  
637 objetivo não é pedir ajuda de nenhum conselheiro e sim o de colocar que está ciente que a  
638 secretaria tem dificuldades, que ele mesmo assume tratar a respeito, que o PAM tem  
639 problema sim, mas esse problema não se resume a ele, passando pela unidade básica que, às  
640 vezes, não tem a estrutura necessária para resolver o problema do usuário. Afirma que o  
641 PAM normalmente tem de quatro a cinco médicos e que ele faz questão de garantir isso,  
642 monitorando a atividade diretamente. Afirma que todos os dias pergunta à Diretora de Ações  
643 em Saúde se por acaso existe algum posto sem médico assim como questiona quantos  
644 médicos ficam atendendo no PAI e no PAM. Afirma que, dito tudo isso, sempre que precisar  
645 irá defender a saúde, mesmo que para isso seja necessário brigar com a imprensa. Isso por  
646 que, na sua opinião, as pessoas não deveriam elevar o nível da discussão a esses termos. Que  
647 não se deve fazer sensacionalismo nos postos de saúde. Que as pessoas tem que ter respeito  
648 com as pessoas que ficam nos postos por que, de um lado, os profissionais estão  
649 trabalhando, e a população fica revoltada, não há a necessidade de se fazer esse tipo de

650 coisa. Que se um jornalista quer fazer reportagem em uma unidade de saúde, pode se sentir à  
651 vontade, mas que faça isso com o devido respeito, sem sensacionalismos. **Joel Tadeu** afirma  
652 que se inscreveu para informe para dizer que os movimentos sociais da cidade irão fazer um  
653 grande evento no dia 15 onde serão apresentados dois painéis. Um dos painéis se chama  
654 “Liderança eficaz” e no outro será discutido o terceiro setor. Afirma que, apesar de ter se  
655 inscrito apenas para fazer um informe, não poderia se furtar de comentar a questão abordada  
656 pelo secretário. Afirma que a respeito do ocorrido já leu cinco jornais, assim como leu todos  
657 os blogs que faziam referência ao assunto, tanto os contra como os a favor. Afirma que o  
658 que pode concluir é que pode se ver claramente que o secretário tem dado um tratamento  
659 diferenciado ao conselho e aos conselheiros. Como quando, por exemplo, ao se referir à  
660 saúde usou a expressão “nós” fazendo referência, portanto que a saúde não é construída  
661 apenas pela gestão. Diz que representa uma parte do segmento dos usuários e está aqui para  
662 defendê-la, mas que falando em nome de diversos parceiros diz que o conselho está a  
663 disposição do secretário para apoiá-lo nas suas ações positivas em relação á saúde de  
664 Londrina . **Manoel Rodrigues do Amaral** agradece a Secretaria de Saúde pelo lançamento  
665 da campanha de vacinação do idoso, no dia 24 na Unidade Básica de Saúde do Jardim do  
666 Sol. Com relação a esse repórter citado, diz que houve uma situação em que a Santa Casa foi  
667 vítima de uma denúncia falsa de cobrança indevida por parte um paciente e este profissional  
668 sem conhecer os fatos, denegriu a imagem da Santa Casa, quando posteriormente tudo ficou  
669 esclarecido e comprovado que a Santa Casa estava isenta de qualquer culpa. Deixa um  
670 alerta sobre estes tipos de repórteres que só querem vender notícia. **Marcos Ratto** disse que  
671 o SINDSERV já pediu a fita desta reportagem e a Assessoria Jurídica do sindicato vai  
672 entrar com uma ação contra este jornalista, em defesa dos servidores, que não conseguem  
673 trabalhar com esse tipo de assédio desses maus profissionais da imprensa. **Maria**  
674 **Oswaldina** diz que esse jornalista deveria estar verificando nos postos de saúde e  
675 principalmente nos PAI e PAM os pacientes de outros municípios que vem para receber  
676 atendimento aqui em Londrina sobrecarregando nossas unidades e nossos servidores e ir  
677 até esses municípios perguntar porque lá não tem médico. **Edson Antônio de Souza** faz  
678 três convites aos conselheiros: o primeiro é que no dia 29 de abril vai haver na Câmara, a  
679 tarde, a Apresentação de Contas que foi feita na UNOPAR. No dia 30 /04/2010, será feita a  
680 Audiência Pública da Autarquia Municipal de Saúde do primeiro trimestre na Câmara  
681 também, às 8 da manhã. No dia 1º de maio, dia do Trabalho, a Secretaria de Saúde estará  
682 trabalhando na Zona Leste num mutirão contra a Dengue. **Marly Coronado** informa aos  
683 conselheiros que Londrina solicitou um mamógrafo ao Secretário de Estado da Saúde,  
684 junto à Bipartite, então pede o apoio dos conselheiros neste pleito, tendo já solicitado o  
685 apoio do Dr Fahd. Agradece ao conselheiro Marcos Ratto pela defesa dos servidores, e faz  
686 um panorama da atual situação vivida pelos servidores dizendo não acreditar que um  
687 servidor se recuse a atender um paciente uma pessoa doente, mas sim que há uma crise de  
688 falta de funcionários na área da saúde versus a grande demanda por atendimento que tem  
689 obrigado os servidores a uma jornada extenuante de trabalho, aliado aos stress diário que  
690 é atender a uma alta demanda da população também sofrida, doente, e por consequência  
691 também stressada, o que tem levado muitos servidores também a adoecerem. Por isso pede  
692 a ajuda, a compreensão dos conselheiros, dos conselhos locais na divulgação da  
693 compreensão e entendimento para a população do está se passando atualmente nos serviços  
694 de saúde de Londrina. Solicita ao DAS através da Bruna que remeta ao gabinete o Boletim  
695 de Ocorrência do fato ocorrido nesta unidade de saúde entre a imprensa e os servidores  
696 para que este encaminhe para as providências cabíveis. Nada mais havendo a ser tratado,  
697 encerrou-se a reunião. Esta ata elaborada por Vinicius Simões será lida e assinada pelos  
698 conselheiros abaixo.

699  
700  
701  
702  
703

T	Edson Antônio de Souza.	T	Adilson Castro	Ausente c/justificativa
---	-------------------------	---	----------------	-------------------------

S	Marly Scandelai Coronado		S	Sandra Bonini de Abreu	
T	José Luiz de Oliveira Camargo	Ausente	T	Márcia Cristina R. Marengo	Ausente
S	Antonio Caetano de Paula	Ausente	S	Sandra Iara Sterza	
T	Lazara Regina Rezende		T	Marcos Rogério Ratto	
S	Janaina Mazzer Salinet	Ausente c/justificativa	S	Maldissulei Correa	Ausente c/justificativa
T	Bett Claidh Nascimento	Ausente	T	Fahd Haddad	
S	Manoel Nivaldo da Cruz	Ausente	S	Ana Paula Cantelmo Luz	
T	Artemízia Martins		T	Rita de Cássia Domansky	
S	Mara Rossival Fernandes		S	Susy Meire Barbosa dos Santos	Ausente c/justificativa
T	Ogle Beatriz Bacchi de Souza		T	Paulo Fernando M. Nicolau	
S	Vera Lucia Marvulle	Ausente	S	Inez Francisca Vieira Meyer	Ausente
T	Maria Ângela Magro		T	Joel Tadeu Correa	
S	Neide Apda Gonçalves Ferreira		S	Gerson Navarro Oliveira	
T	Neusa Maria dos Santos		T	Gioconda P. da Silva Ferreira	
S	Manoel Rodrigues do Amaral		S	Terezinha P. da Silva (Mãe Omin)	Ausente c/justificativa
T	Maria Osvaldina M. de Oliveira		T	Silvia Aparecida Brazão	Ausente c/ justificativa
S	Sandra R. Fernandes Remondini	Ausente	S	Elizabeth Maria Alves	
T	Elba Ferreira	Ausente	T	Julia Satie Miyamoto	Ausente c/justificativa
S	Rosicler Amarins de Moura Vaz		S	Hildegard Maria Lopes	
T	Adriana Xavier Dorta		T	Leliane N. de Castilho Nascimento	Ausente c/justificativa
S	Sandra Alexandra Oliveira Silva	Ausente	S	Izabella Grossi de Oliveira	Ausente
T	Esmeralda Pereira da Silva		T	Rosalina Batista	Ausente c/justificativa
S	Maria José Teixeira Lopes	Ausente	S	Jurema de Jesus Côrrea	Ausente c/justificativa

704